

# GEOGRAFIA POLÍTICA

## Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:  
Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Geografia Política:  
Base Conceitual e  
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do  
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto  
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González  
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo  
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1  
Local: Brasília  
Editor: Selo Caliandra  
Ano: 2023

Equipe Técnica  
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt  
Capa: Luiz H S Cella  
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações  
Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF  
Contato: (61) 3107-7371  
Site: [caliandra.ich.unb.br](http://caliandra.ich.unb.br)  
E-mail: [caliandra@unb.br](mailto:caliandra@unb.br)



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International  
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



## Conselho Editorial

### Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

### Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

### Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

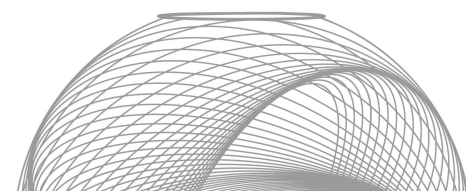
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.  
447 p. : il.

Inclui bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.  
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

# GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



**GEPEDEM**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA  
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

## ÍNDICE

<b>Prefácio.....</b>	<b>12</b>
----------------------	-----------

*Aldomar A. Rückert (UFRGS)*

<b>Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....</b>	<b>13</b>
--	-----------

*Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)*

## I. BASE CONCEITUAL

<b>Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....</b>	<b>30</b>
--	-----------

*Iná Elias de Castro (UFRJ)*

<b>Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....</b>	<b>46</b>
---	-----------

*Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....</b>	<b>66</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)*

<b>Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....</b>	<b>75</b>
---	-----------

*Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)*

*Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)*

<b>Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

*Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)*

*Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)*

<b>Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111</b>	
--	--

*Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)*



## II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

<b>Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....</b>	<b>130</b>
---	------------

*André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)*

<b>Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....</b>	<b>147</b>
--	------------

*Daniel A. de Azevedo (UnB)*

<b>Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....</b>	<b>174</b>
---	------------

*Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)*

<b>Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....</b>	<b>195</b>
--	------------

*Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)*

<b>Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos .....</b>	<b>215</b>
--	------------

*Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)*

<b>Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....</b>	<b>230</b>
---	------------

*Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)*

<b>Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....</b>	<b>254</b>
--	------------

*José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)*

<b>Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....</b>	<b>278</b>
---	------------

*Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)*

### III. HOT SPOTS

<b>Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....</b>	<b>298</b>
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
<b>Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....</b>	<b>313</b>
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
<b>Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....</b>	<b>335</b>
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
<b>Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....</b>	<b>347</b>
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
<b>Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....</b>	<b>368</b>
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
<b>Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....</b>	<b>396</b>
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
<b>Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....</b>	<b>416</b>
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
<b>Sobre os Autores.....</b>	<b>438</b>



# PARTE III

# HOT SPOTS

1

# AS GUIANAS: LABIRINTOS GEOPOLÍTICOS DAS TRÊS GUIANAS NOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL<sup>114</sup>

**Gutemberg de Vilhena Silva**  
*Universidade Federal do Amapá*  
*gutemberg@unifap.br*

**Stéphane Granger**  
*Liceu Melkior Garré (Guiana Francesa)*  
*Stephen.medvic@fandm.edu*

**Bruna Brito Bastos**  
*Universidade Federal do Amapá*  
*br2bs1@gmail.com*

## Introdução: o enigma das três Guianas

No campo da geopolítica internacional, os processos de integração e cooperação regional estimulam reflexões sobre oportunidades e desafios em contextos que são, ao mesmo tempo, cada vez mais conectados e fragmentados. Como interface entre América do Sul e Caribe, as três Guianas – República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa (França) – destacam-se nesse cenário por desempenhar um importante papel regional, embora não exerçam tanta influência em relação aos grandes acordos internacionais.

Tais Guianas se destacam por serem os únicos territórios na América do Sul colonizados por Grã-Bretanha, Países Baixos e França, um histórico semelhante ao de grande parte das ilhas caribenhas, o que as leva a serem frequentemente incluídas

---

114 Texto originalmente publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, 2023.

pelas ciências sociais nas regionalizações do Caribe, devido às suas semelhanças em aspectos étnicos, linguísticos, culturais, produtivos e migratórios, levando em conta as realidades históricas e sociais regionais (Menke; Menke, 2015). Inclusive, assim como os territórios insulares<sup>115</sup> do Caribe, essas Guianas são caracterizadas por uma baixa densidade demográfica<sup>116</sup>, com 796.208 habitantes na República da Guiana, 600.008 no Suriname e 318.400 na Guiana Francesa.

Outro fator de afinidade refere-se às independências tardias, uma vez que esses territórios ficaram sob o domínio europeu até meados do século XX na condição de colônias de exploração<sup>117</sup> e o próprio processo de construção de uma identidade nacional foi atrasado: espaços essencialmente agrícolas, a Guiana inglesa se tornou independente em 1966, e a Guiana holandesa em 1975, enquanto a pouco povoada e pouco produtiva Guiana Francesa ainda é um Território Ultramarino Francês desde 1946, com o fim do estatuto colonial. Ademais, estes territórios compartilham também porções da Floresta Amazônica, formando com a Venezuela o que Procópio (2007) definiu como “Amazônia caribenha”, mais pelas condições geográficas do que políticas.

Para ponderar se as estratégias de cooperação e integração regional fortaleceram as posições geopolíticas das Guianas, é útil enquadrá-las em um universo investigativo ancorado nas dinâmicas políticas internacional e regional. Assim, elas são contextualizadas esquematicamente nos seguintes períodos: velho regionalismo (1970-1990), novo regionalismo (década de 1990), regionalismo pós-liberal (anos 2000) e regionalismo pós-hegemônico (2010 até o presente), com comentários sobre o regionalismo líquido (referente especialmente às Américas a partir de 2010).

A periodização é amplamente utilizada em estudos de relações internacionais e pesquisas históricas, sendo uma ferramenta metodológica útil. Seguindo a abordagem de Espinosa e Walker (2021), aplica-se a periodização ao estudo de sistemas complexos, pois permite mapear e analisar as mudanças e transformações em sistemas internacionais complexos, como o contexto geopolítico e econômico das Guianas, ao longo do tempo.

Dessa forma, constrói-se uma visão panorâmica da evolução das relações geopolíticas e econômicas da região, essencial para compreender o contexto atual, identificar oportunidades, tendências e desafios em termos de desenvolvimento regional e de relações com outros atores regionais e globais. Permite, portanto, entender como as Guianas se adaptaram às mudanças no cenário geopolítico global na elaboração de suas políticas e estratégias, e como a cooperação e a integração regional, bem como o diálogo entre elas, se transformaram ao longo dos períodos mencionados.

---

115 Ilhas ainda pertencentes aos Países Baixos no Caribe: Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, Santo Eustáquio e São Martinho; à França: Martinica, Guadalupe, São Bartolomeu e São Martinho; ao Reino Unido: Bermudas, Montserrat, Ilhas Virgens e Turcos e Caicos, além das ilhas independentes da Jamaica, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda, Barbados etc., ainda no Commonwealth britânico.

116 Estimativas Worldometer. Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

117 Colônias cujo papel principal era fornecer recursos primários, minerais ou agrícolas às metrópoles, ao contrário das *colônias de povoamento*, destinadas a receber populações metropolitanas.

Além disso, a análise é enriquecida pela utilização de fontes documentais e bibliográficas (Walliman, 2011; Rauen, 2018) combinada ao trabalho de campo (Yin, 2001; Gray et al., 2020). Tais metodologias diversas auxiliam a compreensão de como as estratégias de regionalismo fortaleceram as Guianas na geopolítica internacional e regional, ao mesmo tempo em que permitem avaliar os desafios e oportunidades que surgem de sua participação em blocos regionais e da ação ampliada da administração francesa na região.

Neste estudo, as ideias de Bertha Becker (2004) são fundamentais para entender a geopolítica da região das Guianas, sobretudo sua visão de que a Amazônia (que inclui as três Guianas) é um “território estratégico” para o desenvolvimento regional e para as questões ambientais de escala global. Também se utiliza a abordagem geopolítica de Agnew (2009) para ampliar a compreensão das Guianas além das concepções tradicionais de poder e território, uma vez que o “poder” geopolítico está cada vez mais ampliado para além das noções tradicionais limitadas ao território físico, com ênfase em fluxos globais de capital, pessoas e informações. Essa visão é especialmente relevante ao considerar-se a posição das Guianas em uma economia global cada vez mais interconectada.

O presente texto inicialmente reflete sobre diferenças e convergências nos conceitos de cooperação e integração regional, posteriormente apresentando a periodização em quatro fases, ainda em uma perspectiva teórico-metodológica. Na sequência, avalia-se mais especificamente o papel da República da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa nos esquemas regionais criados em cada período.

## Considerações geopolíticas sobre cooperação e integração regional

Cooperação regional e a integração regional são conceitos que representam processos voltados para aprimorar a interação entre os Estados e fomentar a estabilidade e a prosperidade numa determinada região. Cada um envolve fatores e implicações distintas para os países envolvidos, sobretudo no que diz respeito ao grau de comprometimento e à profundidade das relações entre eles (Börzel, 2011; Acharya, 2013).

A cooperação regional refere-se ao estabelecimento de relações de colaboração entre países vizinhos ou pertencentes à mesma região geográfica, buscando trabalhar em conjunto para enfrentar desafios comuns e promover interesses mútuos (Hettne; Söderbaum, 2000). Essa colaboração pode abranger temas variados como política, economia, segurança, meio ambiente e desenvolvimento social. Ela se configura em estratégias de acordos comerciais bilaterais, compartilhamento de recursos naturais, e coordenação de políticas de segurança, compondo uma colaboração voluntária e flexível que permite a manutenção da autonomia, ao mesmo tempo em que busca soluções conjuntas para problemas comuns (De Lombaerde; Fawcett, 2012).

Por outro lado, a integração regional implica em um processo mais profundo e

estruturado para promover a convergência de políticas e a harmonização de normas e regulamentações, muitas vezes envolvendo a criação de instituições supranacionais com autoridade para tomar decisões e implementar políticas em nível regional (Mattli, 1999). Por envolver a transferência parcial de soberania e a criação de instituições supranacionais com poder para tomar decisões vinculativas, pode gerar benefícios mais duradouros, como a criação de um mercado comum e a harmonização de políticas, mas também implica em maiores compromissos e a renúncia parcial da soberania (Laursen, 2018).

Embora integração regional e regionalismo tenham semelhanças, há ponderações importantes a serem feitas sobre esta. O regionalismo se refere a diversos processos em várias áreas (política, econômica, cultural etc.) associados à lógica de interações em uma determinada região, basicamente definidos em: regionalização, consciência e identidade regional, cooperação regional interestatal, integração regional e coesão regional (Hurrell, 1995). Similarmente, Hettne e Söderbaum (2000) consideram o regionalismo um projeto político que pode levar à criação formal de instituições, sugerindo que existem muitos regionalismos em diferentes períodos para regiões específicas, constituindo um tipo de ordem mundial a partir do compartilhamento de interesses e compromissos entre os Estados.

A vasta literatura sobre cooperação e integração regional inclui muitas teorias e abordagens para explicar os determinantes e os resultados desses processos. Ademais, os países têm multiplicado esses acordos como uma maneira de obter inserção competitiva no cenário internacional (Baldwin, 2012). É importante salientar que ambos os mecanismos também apresentam desafios e limitações, uma vez que divergências políticas, rivalidades históricas e desigualdades econômicas podem dificultar a construção de consenso e a implementação de políticas e programas regionais (Dent, 2016).

## **Estratégias de integração e cooperação regional nas Guianas**

Os desafios geopolíticos e socioeconômicos que os países passaram a enfrentar após a Guerra Fria estimularam diferentes processos de integração regional como forma de promover cooperação econômica, integração política, de segurança e de defesa, incluindo a consolidação de valores democráticos e direitos humanos.

Para as três Guianas, o contexto histórico-cultural distingue a região de seus vizinhos latino-americanos, com ligações mais próximas ao Caribe e à Europa, e apenas mais recentemente com os outros Estados da América do Sul. Uma vez que tais relações se dão em distintos e variáveis níveis, os diferentes esquemas regionais dos quais as Guianas participam permitem fortalecer essas conexões e expandir sua presença no cenário internacional, muitas vezes adaptando-se a contextos externos, como ilustrado na periodização da Figura 1.



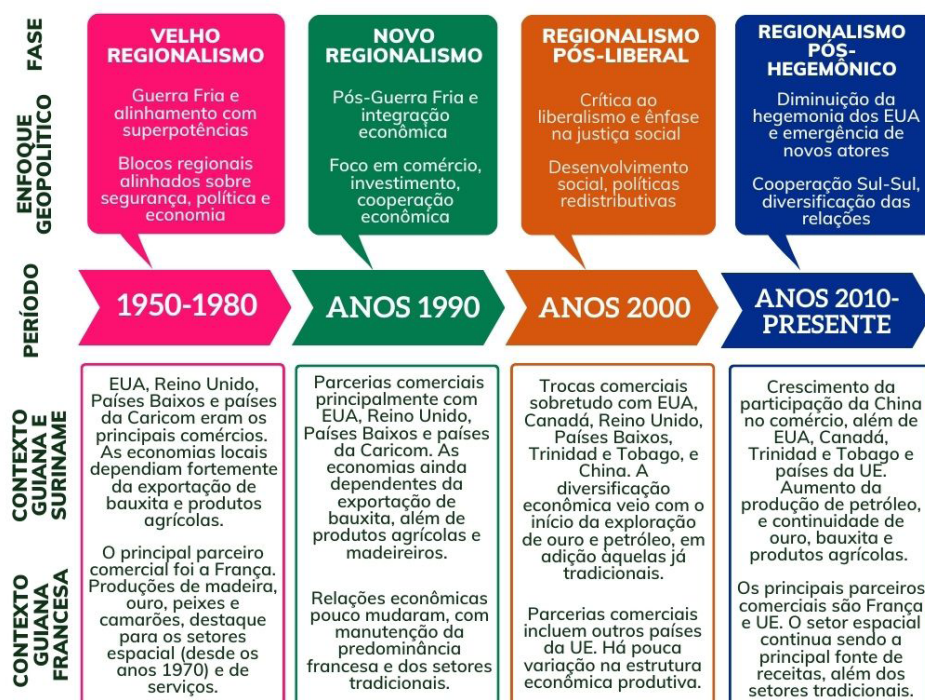


Figura 1 – Periodização da integração regional das três Guianas (1950-2023)

Fonte: Elaboração própria.

O foco de cada época depende diretamente das prioridades de conjunturas histórico-políticas particulares: enquanto o velho regionalismo estava focado na segurança e nos interesses geopolíticos da Guerra Fria (incluindo grande protecionismo econômico), o novo regionalismo enfatizou a cooperação econômica e a integração no período pós-Guerra, já o regionalismo pós-liberal surgiu como uma crítica ao anterior e buscou abordar questões de justiça social e igualdade, e o regionalismo pós-hegemônico, por sua vez, reflete a mudança no equilíbrio de poder global e enfatiza a diversidade e o pluralismo regional.

Especificamente, destaca-se como a base econômica da República da Guiana e do Suriname permaneceu largamente concentrada na produção e exportação de produtos primários (em especial produtos agrícolas, ouro e madeira), com manutenção de parceiros tradicionais, sobretudo em contextos alinhados a grandes potências, incluindo as ex-metrópoles, na busca por garantias econômicas. A recente exploração de hidrocarbonetos tem estimulado grandes expectativas para maior busca por autonomia e desenvolvimento nacional, diversificando ainda suas relações com o crescimento da presença chinesa.

Em contrapartida, como território francês, a Guiana Francesa tem relações institucionais, financeiras e comerciais direcionadas à França e à União Europeia (UE), em detrimento das ligações com os países vizinhos. Ademais, historicamente tem poucas

produções e apenas nas últimas décadas tem experimentado maior crescimento econômico por conta dos lançamentos de vários foguetes com satélites comerciais para a UE pela base espacial de Kourou.

## Pontes inacabadas: uma periodização para os esforços de regionalismo das três Guianas

A evolução dos mecanismos de cooperação e integração regional na América Latina e no Caribe é um tema complexo que se entrelaça com as transformações históricas, políticas, econômicas e sociais tanto na escala regional como global (Rodrigues; Haag, 2022). As decisões geopolíticas tomadas por aqueles países (e pelas metrópoles, no caso dos territórios não-independentes) foram fortemente influenciadas pela dinâmica da Guerra Fria e pelas transformações globais do século XXI (Riggirozzi, 2012).

A economia política internacional também exerceu um papel determinante na conformação do regionalismo latino-americano e caribenho. O regionalismo aberto dos anos 1990, por exemplo, foi influenciado pela ascensão do neoliberalismo graças ao fim da Guerra Fria, permitido pelo colapso do socialismo real e da União Soviética e pelo Consenso de Washington, que impulsionou a criação de blocos comerciais e a integração econômica regional como estratégia de desenvolvimento (Mariano; Bressan; Luciano, 2021). No caso específico das Guianas, o contexto de suas múltiplas afiliações ao longo de cada fase reflete o caráter híbrido e complexo dessa região.

Menke e Menke (2015) pontuam que, por muito tempo, as relações entre os territórios da região das Guianas permaneceram desconhecidas e pouco exploradas por ações políticas (e pela produção acadêmica), largamente por conta da separação linguística e institucional que fez com as análises não tivessem um enfoque regional. Contudo, cada vez mais tem-se percebido que as Guianas, devido à sua posição geográfica estratégica, servem como uma ponte entre o Caribe, a Amazônia, a América do Sul e a Europa, apresentando uma gama diversificada de interações em termos político-econômicos e ambientais (Grugel; Riggirozzi, 2012).

O regionalismo sobreposto na América do Sul é considerado ambíguo pois, ao mesmo tempo em que múltiplas organizações poderiam fomentar complementaridades, poderiam também denotar uma incapacidade administrativa na articulação de diferentes estratégias de inserção regional; Mariano e Ribeiro (2020) discutem que, para o subcontinente, a articulação seria frustrada pois a diversidade de atores e interesses dificulta a convergência em torno de um projeto comum, o que contribui para a manutenção das sobreposições e fragmenta a região. Nesse contexto, a Figura 2 apresenta de que forma as três Guianas se aproximaram de outros países em diferentes arranjos regionais, permitindo compreender como elas se adaptaram e participam das diferentes fases do regionalismo.

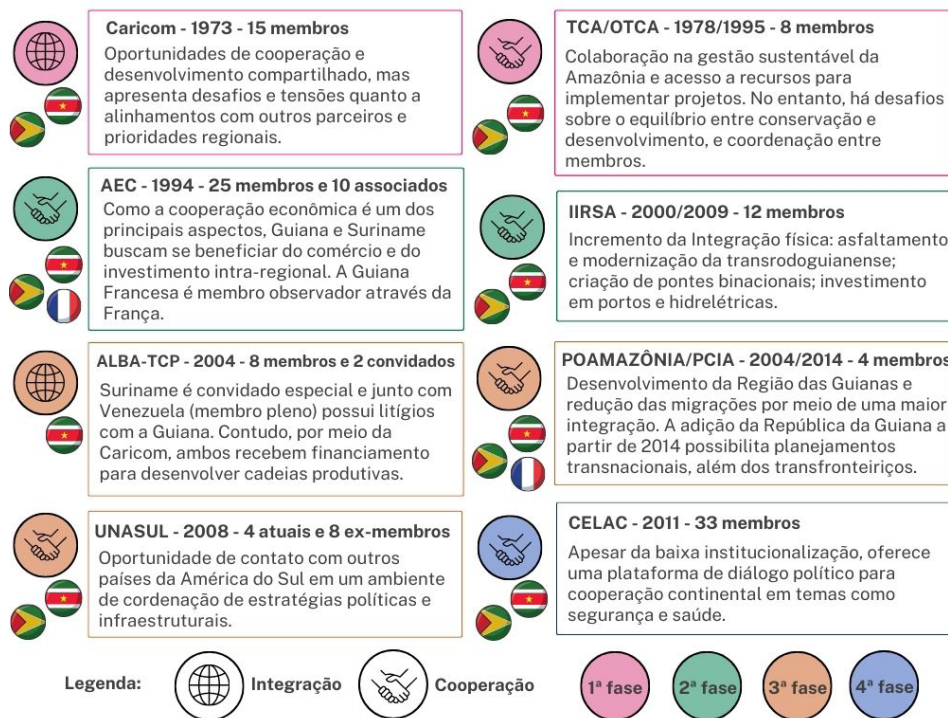


Figura 2 – Esquemas de cooperação/integração regional das três Guianas

Fonte: Elaboração própria.

Em cada uma dessas fases, elas lidam com a complexidade dos regimes e com o fenômeno do regionalismo sobreposto, que implica em participação em múltiplas organizações regionais, muitas vezes com objetivos e obrigações contraditórios (Hurrell, 2006), devendo considerar diferentes perspectivas e prioridades para coordenar expectativas sobre gestão regional e inserção internacional. De maneira mais descritiva, a Figura 3 ilustra como as três Guianas têm se inserido e se posicionado nos principais acordos de cooperação e de integração regional, para aproveitar os benefícios de cada esquema de acordo com seus objetivos e membros.

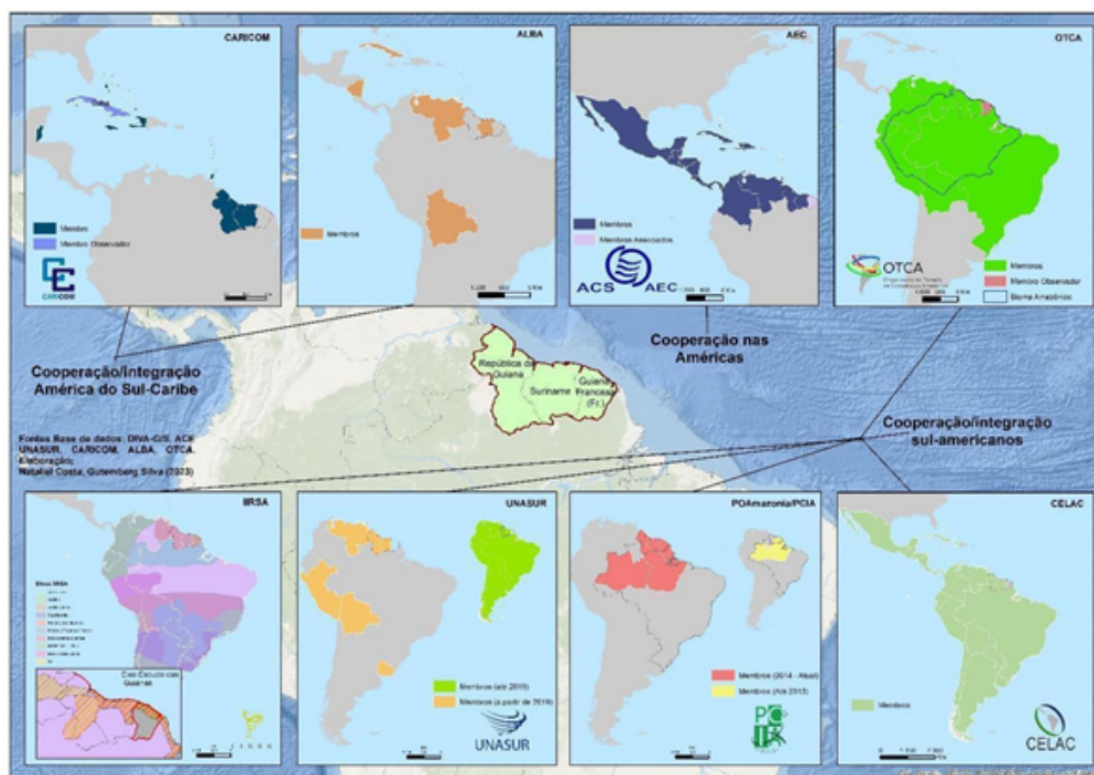


Figura 3 – Participação das três Guianas em Arranjos Regionais (1973-2023)

Fonte: Elaboração própria.

Apesar dos obstáculos político-estruturais que acabam por fragmentar o regionalismo, as três Guianas buscam explorar tais oportunidades para compensar fragilidades comerciais e governamentais, bem como compartilhar experiências – mesmo que no caso da Guiana Francesa a participação ocorra por meio da França e limite as capacidades do governo estadual. É importante notar que a gestão dessa complexidade de regimes e do regionalismo sobreposto requer habilidade política e estratégica, pois pode gerar tanto oportunidades quanto desafios para os Estados-membros, conforme observado no caso das Guianas.

Mariano e Ribeiro (2020) argumentam também que os variados e sobrepostos processos de regionalismo na América do Sul tendem a continuar porque tal dinâmica serve aos interesses políticos dos governos da região, que podem priorizar suas atuações entre os projetos, de acordo com as estratégias daquele determinado momento. Para as Guianas, a possibilidade da integração e cooperação regional representa uma maneira de promover interesses em diferentes níveis para potencializar capacidades e lidar com desafios coletivos, então outros temas foram adicionados às pautas regionais ao longo do tempo. A partir dos primeiros projetos na década de 1970, cada fase trouxe novas discussões e configurações que têm contribuído em maior ou menor medida para tais ambições, como exposto na Figura 3 e discutido nos tópicos seguintes.

## A Busca por Identidade no Velho Regionalismo

O contexto da Guerra Fria e da descolonização orientou as relações geopolíticas e, em meio à promoção do nacionalismo e busca por substituição das importações, as Guianas tentaram estabelecer relações bilaterais e multilaterais com seus vizinhos. Todavia, sua localização geográfica e a falta de integração com os demais países da América do Sul, além de tensões políticas e territoriais latentes e da tardia construção de identidade nacional, as colocavam em posição periférica regionalmente.

A República da Guiana já independente se vinculou com o Movimento dos Países Não-Alinhados<sup>118</sup>, enquanto o Suriname enfrentava instabilidades políticas e econômicas, incluindo um golpe militar em 1980. A Guiana Francesa, por sua vez, como região administrativa francesa manteve laços privilegiados com a Comunidade Europeia.

Criada em 1973, a Comunidade do Caribe (Caricom) foi a primeira iniciativa de integração regional, cuja sede localiza-se na capital da República da Guiana (Georgetown), inicialmente focada nas ex-colônias britânicas do Caribe, e reformulada em 1995 para incluir Haiti e Suriname (ex-colônias francesa e holandesa respectivamente). Ela propõe um Mercado Comum com menos taxas aduaneiras entre membros, em vigor desde 2006; todavia, muitos produtos continuam sendo taxados, há obstáculos para o trânsito de pessoas e capitais e não há coordenação macroeconômica (Al-Hassan et al., 2019; Braithwaite; Rozemberg; Angelis, 2020).

Suriname e Guiana aproveitam esta iniciativa como um espaço de diálogo e cooperação com o Caribe, a fim de alcançar maior integração, alinhamento de interesses e acesso a recursos e conhecimentos em áreas como desenvolvimento econômico, segurança, mudanças climáticas e cultura; contudo, não conseguem potencializar as vantagens porque geralmente são mais concorrentes do que complementares entre si pela similaridade ambiental e econômica como exportadores de produtos primários. A Guiana Francesa, por sua vez, candidatou-se a membro observador em 2015, motivada pelo desejo de maior cooperação regional, diversificação dos seus parceiros comerciais e importação de produtos mais baratos do que os da UE, mas ainda não foi admitida (Silva, 2018).

Cinco anos depois da criação da Caricom, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi constituído como fruto de um período de transformações políticas, econômicas e sociais: a Amazônia começou a atrair maior atenção internacional devido à sua riqueza natural e papel vital no equilíbrio ambiental global, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento econômico e a exploração de recursos estavam causando desmatamento e degradação ambiental.

Assim, no contexto de reivindicações socioambientais, o documento de criação

---

118 Fórum de 120 países que não ficou formalmente alinhado ao lado ou contra qualquer grande bloco de poder internacional na Guerra Fria.

defendia questões específicas da Pan-Amazônia<sup>119</sup>, operacionalizado na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1995, que tem contribuído para intensificar os debates ecológicos internacionais e executar projetos conjuntos em diversas áreas como biodiversidade e saúde (Zorzi, 2020). Porém, o desinteresse impacta diretamente na fragilidade da cooperação para questões ambientais e a implementação tem sido dificultada pela baixa autonomia, inconstância de reuniões decisórias e desarticulação entre diferentes instâncias, prejudicando a efetivação dos planos para o desenvolvimento sustentável (Filippi; Macedo, 2021).

A participação da Guiana e do Suriname na OTCA simboliza sua inclusão numa organização sul-americana pela primeira vez e esses países buscam promover o diálogo e a cooperação com outros membros, e equilibrar objetivos de desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Por outro lado, como um dos objetivos da OTCA era afastar a influência de potências estrangeiras no espaço amazônico, apesar de os desafios comuns aos demais signatários serem reconhecidos, a Guiana Francesa não é admitida como membro efetivo e a França foi aceita apenas como observadora em 2004 com ajuda do Brasil, mas a rivalidade de competências entre o governo nacional francês e o governo estadual franco-guianense continua a travar a vontade de integração regional desse território (Granger, 2013).

No que concerne à relação com a Europa, a Convenção de Lomé em 1975 criou o grupo África, Caribe e Pacífico (ACP<sup>120</sup>), com a subdivisão do Fórum do Caribe (Cariforum<sup>121</sup>), formalizando vários acordos de cooperação com a UE. Em 2000 foi substituída pelo Acordo de Parceria de Cotonou para incluir o diálogo político como um dos valores centrais para a parceria, e oito anos depois, a cooperação econômica foi intensificada com o Acordo de Parceria Econômica Cariforum-UE, além da convergência para o Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), e o Acordo de Paris sobre Mudança Climática (Montoute et. al., 2017).

Para Guiana e Suriname, o Cariforum diversifica os vínculos UE-Caribe e os acordos são relevantes porque permitem a liberalização comercial assimétrica e oferecem isenções a produtos regionais caribenhos como banana e peixe. Ainda assim, a coerência interna limitada entre os Estados ACP e as relações assimétricas entre o ACP e a UE geram tensões e baixo desempenho comercial, principalmente pelos altos custos associados ao cumprimento das exigências regulatórias europeias, e da adaptação de produtos caribenhos que ainda enfrentam várias barreiras não tarifárias (como segurança e padrões ambientais) (Lodge; Remy, 2022). Portanto, a UE permanece como exportadora de bens industriais, enquanto as exportações do ACP são produtos primários e, por outro lado, a produção pesqueira da Guiana Francesa (que demanda altos custos, principalmente de camarões), não é competitiva no mercado europeu (seu mercado preferencial) com as produções dos países ACP.

---

119 A Pan-Amazônia envolve os territórios que abrangem a floresta amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

120 Composto por 48 países da África Subsaariana, 16 do Caribe e 15 do Pacífico, reunidos para coordenar a cooperação daqueles países com a Europa, a favor do desenvolvimento sustentável, integração na economia global, coordenação de atividades e consolidação da solidariedade e da paz.

121 Estabelecido em 1992, reúne membros da Caricom e República Dominicana, e promove o diálogo político, a cooperação regional e a integração entre as duas regiões

Percebe-se que, ao mesmo tempo que as Guianas integravam esquemas caribenhos, se aproximavam também do subcontinente sul-americano com ajuda do Brasil<sup>122</sup>, em um movimento de “continentalização” (Blanquer, 2005) ou “sul-americanização” (Granger, 2008) a partir das últimas décadas da Guerra Fria, com diminuição da influência estadunidense na América do Sul durante a doutrina Carter e vontade de afirmação regional do Brasil, levando a aproximações com todo o continente sul-americano, incluindo Guiana e Suriname (Hernández; Mesquita, 2020).

## O Novo Regionalismo e o Institucionalismo

A abertura comercial e liberalização econômica da época permitiu que as Guianas, expandissem suas relações comerciais e diplomáticas: principalmente Guiana e Suriname, em relação à Caricom e à América do Sul, enquanto a Guiana Francesa continuou a fortalecer seus laços com a França e a UE através do seu governo estadual, mas passou a enfatizar conexões com seus vizinhos diretos (Suriname e Brasil).

A cooperação entre as três Guianas cresceu em questões ambientais e de desenvolvimento na região amazônica, e a integração regional na América do Sul e no Caribe também se intensificou. Porém, a efetividade dessa integração foi limitada pela falta de infraestrutura e pelos desafios políticos e institucionais, especialmente para a Guiana Francesa, que depende dos interesses de seu país.

No Caribe, a Associação dos Estados Caribenhos (AEC) foi criada em 1994, uma organização mais política do que econômica, com o intuito de expandir as relações da Caricom para os vizinhos falantes de espanhol, de fomentar a cooperação funcional em áreas como o comércio, e de promover melhor inserção internacional da região. A AEC foi pensada também como uma plataforma para acomodar a diversidade caribenha e facilitar o diálogo e a cooperação entre os Estados membros, e promover o desenvolvimento sustentável para fortalecer as economias da região (Martínez, 2020).

No entanto, a dificuldade em estabelecer um plano de ação concreto, fundos permanentes e maior participação, e as acentuadas assimetrias entre os países do Grande Caribe dificultam sua interação em termos de infraestrutura, capacidade econômica e limitações políticas. Ainda assim, Guiana e Suriname aproveitam como fórum de consulta e ação concertada com ênfase em temas ambientais e comerciais, fortalecendo a conexão entre esta sub-região e outros blocos ou países (Ulloa; Sánchez, 2020). Ademais, a busca por uma grande zona de cooperação resultou também na abertura a territórios não independentes, acolhendo a Guiana Francesa como membro associado por sua relação com territórios caribenhos culturalmente semelhantes, apesar das divergências entre o governo nacional e o governo estadual (Daniel, 2018; Martínez, 2020).

A Guiana Francesa foi oficialmente reconhecida como Região Ultraperiférica

---

122 O presidente francês Sarkozy foi convidado pelo presidente brasileiro Lula à cúpula da OTCA em 2009, mas essa foi boicotada pelos outros chefes de Estado com a notável exceção do presidente da República da Guiana.

(como são definidos os territórios pertencendo através do seu Estado de tutela à Comunidade Europeia, mas afastados do continente europeu) por ser parte integrante de um membro da UE, por meio do Tratado de Maastricht de 1992, que determina também sua participação na política regional comunitária e na Zona Econômica Exclusiva europeia.

Para o recorte da América do Sul, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) surgiu em 1991 como uma reação do Cone Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) ao cenário economicamente restritivo daquela década, visando estimular o mercado regional e uma inserção internacional mais competitiva. Embora o objetivo do Mercado Comum não tenha sido alcançado, por conta do excesso de burocracia que dificulta exportações e da falta de coordenação institucional que atrasa a implementação de políticas comuns, a organização tem contribuído para o aprofundamento das relações entre os países mais ao sul (Mariano; Menezes, 2021).

O relativo isolamento regional da Guiana e do Suriname fez com que fossem admitidos como membros associados somente em 2012, mas apesar de ter acesso privilegiado àquele mercado, não têm pleno direito de voto, não são membros da união aduaneira, e dentre os membros são mais próximos apenas do Brasil. Já a Guiana Francesa poderia ser beneficiada em termos de abastecimento e escoamento de produtos pelo acordo entre Mercosul-EU; porém, as exigências europeias, frisadas em especial pela França (oficialmente, sobretudo por motivos ambientais), continuam a ser rejeitadas pelos sul-americanos por serem consideradas muito rígidas<sup>123</sup>.

## Caminhos Comuns durante o Regionalismo Pós-Liberal

As relações geopolíticas das três Guianas no começo do século XXI foram influenciadas pela expansão comercial global e pela ascensão da China como um importante ator econômico, então buscaram diversificar seus parceiros comerciais e aprofundar a cooperação regional, especialmente em questões ambientais e de desenvolvimento. A cooperação foi intensificada entre elas e outros países da América do Sul e do Caribe, além de uma maior participação em organizações regionais e internacionais, com mais oportunidades de cooperação sul-sul, diversificação das parcerias e busca por soluções regionais para problemas comuns, como a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

No âmbito caribenho, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) surgiu em 2004 da vontade de integração política em protesto contra a dominação dos EUA na América Latina e no Caribe, com uma proposta de solidariedade e intercâmbio complementar entre membros por meio do Tratado de Comércio dos Povos (TCP) – renomeando a instituição como ALBA-TCP em 2006. Sem personali-

---

123 BORGES, B.; CLAVERY, E. Proposta europeia de conclusão do acordo Mercosul-UE é ‘dura e difícil’, diz chanceler. *GI*, 11 maio 2023. Acesso em 12 maio 2023. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/11/proposta-europeia-de-conclusao-do-acordo-ue-mercosul-e-dura-e-dificil-diz-chanceler.ghtml>.



dade jurídica, a ALBA não pretende constituir uma organização supranacional, baseando-se apenas em acordos políticos e bilaterais para compensar as assimetrias presentes na região, mas suas ações foram paralisadas devido a crises internas de seus membros (García, 2020).

O Suriname aderiu à ALBA em 2012 como convidado especial, em uma tentativa de complementaridade e aliança política, e isso cercou a República da Guiana com vizinhos de leste e oeste reivindicando partes de seu território. Todavia, são estabelecidas ainda relações com a AEC por meio do Fundo ALBA-Caribe, criado em 2005 para utilizar as rendas do petróleo na execução de projetos de desenvolvimento socioeconômico, e do Fundo ALBA-Alimentos, criado em 2008 visando contribuir para a autossuficiência alimentar por meio do apoio ao desenvolvimento rural integral, e financiou projetos como uma fábrica de processamento de pescado defumado no Suriname e a melhoria no setor de lácteos na Guiana (ALBA-TCP, 2012; García, 2020; Ulloa; Sánchez, 2020).

A nível continental, a criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) em 2008, incluindo Guiana e Suriname, refletiu os esforços de presidentes sul-americanos por maior integração e convergência, ensaiando uma governança regional própria para estimular a conectividade e coesão do bloco. Dentre suas atividades, a diplomacia presidencial e os conselhos ministeriais atuaram na promoção da posição conjunta em fóruns multilaterais, além de ser um espaço para convergir nas políticas e na concretização de planos e projetos de longo prazo em temas mais pragmáticos como energia, defesa e infraestrutura (Hernández; Mesquita, 2020; Long; Suñé, 2022).

Visando executar projetos de integração e modernização da infraestrutura física da região, a Iniciativa para Integração Regional Sul-americana (IIRSA) foi incorporada à Unasul por meio do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), criado em 2009 para institucionalizá-la a nível ministerial e assegurar investimentos. A iniciativa surgiu em 2000 para diminuir as assimetrias entre os países do continente, com foco nos setores de transporte, energia e comunicação, e a posterior formalização atribuiu também maior importância política como um modelo com ênfase na articulação e desenvolvimento regionais (Oliveira, 2020).

As três Guianas são contempladas pela IIRSA no âmbito do Eixo Escudo da Guiana<sup>124</sup>, com alguns projetos já ou quase concluídos, como a ponte sobre o rio Tacutu (entre Guiana e Brasil) e a estrada Georgetown-Lethem, verdadeira espinha dorsal que liga o litoral da Guiana ao Brasil, para otimizar o transporte multimodal, fornecer energia e fortalecer os portos mais importantes da região. Ainda que a Guiana Francesa esteja oficialmente excluída, a ponte com o Amapá no rio Oiapoque faz parte do portfólio da integração, permitindo uma relação física entre Mercosul e UE (Cosiplan, 2017).

Embora a Unasul tenha sido considerada uma mediadora consolidada na região, a onda conservadora a partir de 2018 levou à suspensão e posterior saída de vários

---

124 Inclui 20 projetos que somam US\$ 4,581 milhões e incluem Venezuela, Guiana, Suriname e os estados brasileiros do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas.

membros<sup>125</sup> e à nova convergência ideológica regional que criticava políticas de integração feitas por antecessores de esquerda. Assim, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul) foi lançado em 2019 como um novo projeto político de baixa institucionalização e com redução da pauta da integração (Long; Suñé, 2022).

No cenário da crise institucional, Guiana, Suriname e Venezuela foram os únicos países que não decidiram denunciar o Tratado Constitutivo<sup>126</sup>, tornando-o ainda vigente nestes Estados. Enquanto a Venezuela não foi convidada para ingressar no novo bloco<sup>127</sup>, Guiana e Suriname aderiram ao Prosul em uma tentativa de manter o contato com seus membros. A Guiana ingressou logo na primeira reunião em 2019, defendendo esforços conjuntos em temas como saúde, economia, migrações, segurança e mudanças climáticas; já o Suriname aderiu em 2022 visando a colaboração para unidade, cooperação e desenvolvimento sustentável – argumentando que a Venezuela deveria trabalhar em seus próprios problemas sem interferência estrangeira, ao mesmo tempo em que busca estabelecer relações mais estreitas com a Colômbia, um dos líderes do novo bloco.

Enquanto isso, a Unasul ficou paralisada e, conseqüentemente, a IIRSA também, o que gerou incertezas sobre a continuidade dos projetos infraestruturais, uma vez que o Prosul não faz referência à IIRSA nem define ações para substituí-la, tampouco tem todos os países do continente como membros. Por outro lado, aquela organização ainda existe legalmente em nível internacional e governos comprometidos com a integração regional (em especial, de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e de Alberto Fernández na Argentina) vem trabalhando para relançá-la (Long; Suñé, 2022).

Por outro lado, a presença de territórios europeus no Caribe contribui para que atuem como uma ponte entre sua vizinhança e a UE, o que tem colocado esse bloco como uma fonte significativa de cooperação através dos Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED) que financiam setores-chave e oferecem cooperação técnica. A cooperação também é majoritariamente suportada por um regime plurianual de gestão de projetos: o Programa Operacional Amazônia (POAmazônia) de 2007 que, a pedido do governo estadual da Guiana Francesa, visava valorizar o ambiente transfronteiriço nas Guianas (envolvendo Suriname e os estados brasileiros do Pará, Amapá e Amazonas, além da Guiana Francesa). Em 2014, tal iniciativa tornou-se Programa de Cooperação Interreg Amazônia (PCIA), ampliado para questões transnacionais ao integrar em suas diretrizes de financiamento também a República da Guiana (Lodge; Remy, 2022).

---

125 Entre 2018 e 2020, sete dos doze países membros notificaram a denúncia do Tratado Constitutivo e deixaram a organização: Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru e Colômbia saíram em 2018, seguidos por Equador em 2019 e Uruguai em 2020

126 Bolívia e Peru anunciaram a decisão pela denúncia, mas como o processo de saída ou suspensão não foi concluído nos âmbitos legais nacionais, continuaram como membros.

127 MINISTER ALBERT RAMDIN BEVESTIGT NOGMAALS: “SURINAME WORDT LID VAN REGIONAAL BLOK PROSUR”. *Dagblad Suriname*, Paramaribo, 28 jan. 2022. Acces em 20 mar. 2023. <https://www.dbsuriname.com/2022/01/28/minister-albert-ramdin-bevestigt-nogmaals-suriname-wordt-lid-van-regionaal-blok-prosur/>.

Desde o início o Programa tem se concentrado nos temas de desenvolvimento econômico, social, sanitário, educacional e ambiental, a fim de melhorar as condições de desenvolvimento em conjunto. O planejamento europeu avalia que a participação do Suriname conta com maior estabilidade de instituições e organizações parceiras por sua tradição de cooperação, então a maior parte dos projetos envolve a fronteira compartilhada. Para o Brasil, a cooperação de longo prazo é dificultada pela alta rotatividade nos órgãos (embora o Amapá seja um aliado privilegiado) e a Guiana é cada vez mais incluída estrategicamente em projetos de cooperação que lidam com problemas comuns à região - especialmente a questão ambiental (Union Européenne, 2022).

Esta iniciativa de cooperação, incluída na política transfronteiriça da UE, também aplicada ao Caribe e aos Balcãs, proporciona o financiamento europeu de projetos de grande alcance dedicados a iniciativas de desenvolvimento da Guiana Francesa e dos parceiros escolhidos. Entre os projetos concluídos ou perto de se concluir, destacam-se a cobertura do Amapá em fibra ótica pela empresa franco-guianense Guyacom, programas de luta contra a malária, ordenamento territorial das margens do Maroni para acolher melhor as lanchas binacionais, ou projetos ligados ao desenvolvimento sustentável (Union Européenne, 2022).

O foco da ampliação da integração regional e oposição à influência estadunidense inspirou maiores cooperações e aproximações entre os atores regionais em diferentes níveis, especialmente quanto à infraestrutura, comércio e segurança, mas crises políticas internas enfrentadas por vários países-membros têm prejudicado a evolução das articulações. Guiana e Suriname também lidam com as próprias crises enquanto tentam acompanhar as mudanças orientadas por atores maiores; porém, ressalta-se como a França, através da Guiana Francesa, passou a dar mais atenção aos vizinhos para direcionar soluções coletivas e mais específicas.

## O Xadrez Geopolítico para o Regionalismo Pós-Hegemônico

O período mais recente tem sido caracterizado pela multipolaridade e o enfraquecimento da hegemonia dos Estados Unidos na região, levando as três Guianas a procurar oportunidades de estabelecer novas parcerias e reforçar sua presença no cenário internacional e regional amazônico. Suas relações geopolíticas foram moldadas por desafios globais, como as mudanças climáticas<sup>128</sup>, a sustentabilidade e as crescentes tensões comerciais entre grandes potências.

Com um escopo regional amplo, a Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) foi criada em 2011 como resultado de um longo processo de tentativas para promover a integração econômica, política, social e cultural das duas

---

128 PM CALLS FOR GREATER COLLABORATION AMONG SOUTH AMERICAN NATIONS. *Department of Public Information*, Georgetown, 12 dez. 2020. Acesso em 20 mar. 2023. <https://dpi.gov.gy/pm-calls-for-greater-collaboration-among-south-american-nations/>.

sub-regiões sem a presença estadunidense, constituindo um fórum complementar de diálogo e concertação política. Na busca por autonomia e no contexto da crise da integração alimentada por governos conservadores, a cooperação intergovernamental tem sido privilegiada sobre instituições mais burocráticas, então a flexibilidade da “diplomacia de cúpulas” tem garantido o multilateralismo por conta da articulação a nível presidencial, apesar de implicar em uma institucionalidade mais frágil e baixo monitoramento dos compromissos (Minutti; Bruto, 2021).

A principal vantagem da CELAC para a Guiana e o Suriname é fornecer uma plataforma para o Caribe aumentar sua participação internacional e colaborar para desenvolver o comércio, a conectividade e o intercâmbio cultural com a UE. As cúpulas de alto nível são aproveitadas na Fundação UE-ALC<sup>129</sup>, criada em 2010 a fim de conceber planos de ação em áreas prioritárias para fortalecer e promover o relacionamento estratégico birregional, sobretudo para temas como segurança transnacional e mudanças climáticas; todavia, tal relação não tem a segurança de um compromisso juridicamente vinculativo, e o financiamento pelo Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento da UE limita a cooperação triangular entre esta, Caribe e América Latina (Lodge; Remy, 2022).

Considerando o cenário internacional contemporâneo, a crescente presença da China na América Latina e no Caribe tem influenciado as relações geopolíticas da Guiana e do Suriname, que buscam atrair investimentos em infraestrutura e desenvolvimento. Como apuraram Vadell, Brutto e Leite (2020), tais iniciativas do gigante asiático, especialmente para países de baixa renda, representam um desafio direto ao regime de cooperação internacional existente baseado no comportamento de países ocidentais. O país aproveita a posição de maior parceiro comercial da maioria dos países, para oferecer ajuda e assistência ao desenvolvimento em um modelo relevante e atrativo, definindo novas relações políticas e econômicas com seus parceiros a partir dos fluxos e acordos pré-existentes e baseado em novas práticas de diálogo político, acordos comerciais e financiamento de infraestruturas.

Portanto, a estratégia chinesa ainda inclui maior aproximação àqueles arranjos regionais buscando garantir acesso a rotas globais, recursos naturais, matérias-primas e produtos agrícolas, além de novos mercados e apoio político no âmbito internacional, refletido nos esforços do Fórum China-CELAC, por exemplo. Ademais, os investimentos chineses da Iniciativa do Cinturão e Rota (da qual Suriname e República da Guiana são adeptos) têm substituído a IIRSA em concessões de trechos estratégicos, e os membros da Caricom também percebem naquele país uma alternativa à América do Norte e à Europa para comércio, investimentos e cooperação (Baksh et al., 2020; Oliveira 2020; Minutti; Bruto, 2021).

Rodriguez e Haag (2022) argumentam ainda que a China se estabelece como um fator desmobilizador da integração regional na medida em que o interesse chinês e o desinteresse brasileiro em cada projeto promovem uma mudança no conjunto de custos e benefícios da participação dos membros, o que aumenta a competição entre

---

129 Criada em 2010, conta com os 33 Estados da CELAC, os 28 membros da UE e a própria UE em uma parceria estratégica para promover diálogo político, governança global, cooperação técnica e investimentos destinados a aprofundar as relações.

as organizações em um contexto de proliferação de projetos e baixa institucionalização. A redução do papel brasileiro como líder regional, vista a diminuição da participação em reuniões e dos investimentos, vai na contramão da presença crescente da China que aumenta a fragmentação institucional já abalada pela onda conservadora.

Por outro lado, questões como as disputas de fronteira entre a Guiana e a Venezuela, Guiana e Suriname e Suriname e Guiana Francesa, e os desafios de segurança e migração na região (migrações caribenhas, sul-americanas e até africanas e do Oriente Médio) também continuam moldando as relações geopolíticas da região durante este período (Granger, 2013; Silva, 2018).

Analisando as transformações políticas recentes nas Américas, o conceito do Regionalismo Líquido também é útil para entender o atual cenário do regionalismo para as Guianas. A partir das reflexões de Bauman sobre a fluidez da Modernidade Líquida, Mariano, Bressan e Luciano (2021) sugerem esta tipologia como forma de explicar a fragilização e liberalização das organizações regionais no continente desde meados da década de 2010, caracterizada por projetos de consulta com baixo grau de complexidade institucional e de comprometimento dos atores, e certa volatilidade e volubilidade orientada por governos liberais – o que implica em arranjos regionais mais superficiais, informais e restritos, e aumenta a imprevisibilidade e insegurança nos processos regionais.

Como já mencionado nos tópicos anteriores e reforçado por estes autores, vários projetos regionais foram fragilizados pelas transformações políticas internacionais recentes, o que facilitou a crise das instituições regionais no continente (Mariano; Bressan; Luciano, 2021). Observa-se, portanto, que o desempenho de blocos sul-americanos tende a depender da orientação política de cada chefe de estado (o que cria polarizações em detrimento de um projeto coletivo), enquanto nos blocos caribenhos a cooperação é priorizada (mesmo em esquemas de integração) para lidar com vulnerabilidades comuns.

Assim, a maioria das ações desses dos arranjos tem ocorrido no âmbito político, e tornaram-se importantes meios para que Suriname e República da Guiana fortalecessem suas posições regionais e estabelecessem contato com países maiores ou outras regiões econômicas. Questões específicas relacionadas aos contextos internos e interações com os vizinhos desempenham um papel importante na formação das relações geopolíticas das três Guianas, mesmo no caso da Guiana Francesa, que empreende crescentes esforços em competências paradiplomáticas, apesar de seu governo estadual ainda ser submetido à diplomacia francesa.

Embora as três Guianas façam parte de várias organizações e acordos regionais, sua cooperação regional ainda é limitada, devido, em parte, à sua localização geográfica periférica e à falta de infraestrutura de transporte e comunicações que facilite a interação entre os territórios e destes com seus vizinhos. Elas enfrentam desafios conjuntos de conciliar o desenvolvimento econômico e a exploração dos recursos naturais com a preservação ambiental e a proteção das comunidades indígenas e locais, além de problemas relacionados à segurança, como o tráfico de drogas e a criminalidade transfronteiriça.

## Conclusão

No contexto sul-americano e caribenho, as Guianas desempenham papel importante para mitigar desafios geopolíticos e na promoção do desenvolvimento sustentável. Os elos econômicos, políticos e sociais com os países vizinhos são intensificados através da participação desses territórios em mecanismos regionais de integração e cooperação, estimulando o compartilhamento de experiências, melhores práticas e recursos. Essa interação regional, além de fomentar sinergias e soluções colaborativas, amplia a presença e influência das Guianas no cenário internacional. Isso permite a defesa de seus interesses e a promoção de uma ordem internacional mais favorável.

No entanto, a participação em processos regionais enfrenta obstáculos, demandando equilíbrio entre interesses nacionais e regionais. Desafios geopolíticos emergem de características históricas, diversidade político-econômica e cultural, posição geográfica estratégica e alinhamentos políticos. Tais desafios se manifestam em múltiplas dimensões, tais como:

**Economia:** As Guianas lidam com a necessidade de diversificar suas economias, tradicionalmente concentradas em setores como mineração, agricultura e espaço (Guiana Francesa).

**Infraestrutura:** Problemas de infraestrutura e conectividade interna e externa limitam o desenvolvimento desses territórios.

**Segurança:** Questões como tráfico de drogas, crime organizado e violência representam significativos desafios de segurança.

**Meio Ambiente:** Localizadas na Amazônia, as Guianas enfrentam problemas relacionados à proteção ambiental (causada pela garimpagem clandestina, por exemplo) e mudanças climáticas.

**Direitos Humanos:** A proteção dos direitos humanos, principalmente para as populações indígenas, migrantes e outras minorias sociais, é uma preocupação constante.

**Diplomacia:** As Guianas precisam promover seus interesses no cenário regional e global, o que se torna especialmente complexo para a Guiana Francesa, dada sua condição política dependente.

Neste contexto, a crescente influência da China e as flutuantes relações com os EUA trazem tanto oportunidades quanto desafios. Além disso, os laços históricos e culturais com o Caribe têm limitado a integração com a América do Sul, mas a participação em blocos como Caricom e UNASUL fortalece os acordos com os vizinhos neste continente, especialmente em meio a expectativas para retomada de iniciativas regionais. Disputas territoriais não resolvidas na região das Guianas continuam a afetar a estabilidade e a segurança regional. Portanto, é imperativo que as Guianas trabalhem de maneira cooperativa com seus vizinhos para resolver pacificamente

quaisquer disputas, mantendo a estabilidade na região e potencializando a integração regional.

## Referências

ACHARYA, A. The R2P and norm diffusion: Towards a framework of norm circulation. **Global Responsibility to Protect**, v. 5, n. 4, p. 466-479, 2013.

AGNEW, J. **Globalization and sovereignty**. ed. Lanham; MD: Rowman & Littlefield, 2009.

ALBA-TCP. **Adhesión de Haití, Santa Lucía y Surinam al ALBA como invitados especiales**. Alianza Bolivariana de los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos, 2012. Disponível em: <<https://www.albatcp.org/acta/adhesion-de-haiti-santa-lucia-y-surinam-al-alba-como-invitados-especiales>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

AL-HASSAN, A. et al. Is the Whole Greater than the Sum of its Parts? Strengthening Caribbean Regional Integration. **IMF Working Papers**, v. 20, n. 8, 17, 2020.

BALDWIN, R. E. 21st Century Regionalism: Filling the gap between 21st century trade and 20th century trade rules. **WTO Staff Working Paper**, 2012.

BAKSH, S.; DARBASIE, M., POTTER, S.; RODULFO, C. A **Proposal for a Comprehensive Economic and Trade Agreement between CARICOM and China**. Sir Shirdaph Ramphal Centre and TradeLab, 2020. Disponível em: <<https://www.tradelab.org/single-post/2020/07/01/a-proposal-for-a-comprehensive-economic-and-trade-agreement-between-caricom-and-china>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BECKER, B. K. **Amazônia—Geopolítica na Virada do III Milênio (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BÖRZEL, T. A. **Comparative regionalism: A new research agenda**. 2011.

BLANQUER, J-M. **Les Guyanes et les Amériques: entre continentalisation et « océanisation»**. Etudes de la Documentation française, Amérique Latine. Paris: p. 69-79, 2005. Disponível em: <<https://shs.hal.science/halshs-00598912>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRAITHWAIT, S.; ROZEMBERG, R.; JESICA DE ANGELIS. **CARICOM Report: Progress and Challenges of The Integration Agenda**. 1 dez. 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.18235/0002912\\_>](https://doi.org/10.18235/0002912_>)

COSIPLAN. **Informe de la Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2017**. Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento, 18 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Document/Detail?id=4621>>. Acesso em 20 mar. 2023.

DANIEL, J. **The French Territories in the Americas and the Caribbean: The Three Ages of Regional Integration**. **Convergencias transculturales en el Caribe y Centro-**

américa. San José: Universidad de Costa Rica, 2018.

DE LOMBAERDE, P.; FAWCETT, L. Regionalism. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Eds.). **Handbook of International Relations**. SAGE Publications Ltd., 2012, p. 449-467.

DENT, C. M. (Ed.). **The Asia-Pacific, Regionalism and the Global System**. Edward Elgar Publishing, 2016.

ESPINOSA, A.; WALKER, J. **Complexity Management and Multi-Dimensional Methodologies: A Study of Complex Systems**. *Emergence: Complexity and Organization*, v. 13, n. 1-2, p. 3-26, 2021.

FILIPPI, E. E.; MACEDO, M. V. A conversão do tratado de cooperação amazônica em organização internacional. **Revista Tempo do Mundo**, n. 27, p. 191–214, 2021.

GARCÍA, A. Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA). **Revista Internaciones**, n. 19, p. 221–247, 2020.

GANGER, S. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização”? **Confins**, n. 4, 7 nov. 2008.

GRANGER, S. As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia. **Acta Geográfica**, v. 7, n. 15, 2013.

HERNÁNDEZ, L. G.; MESQUITA, B. Da Unasul ao Prosul: (contra)dinâmicas na integração regional e suas consequências acumulativas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 18, p. 538–563, 2020.

GRAY, N. J. et al. Doing strong collaborative fieldwork in human geography. **Geographical Review**, v. 110, n. 1-2, p. 117-132, 2020.

GRUGEL, J.; RIGGIROZZI, P. Post-neoliberalism in Latin America: Rebuilding and reclaiming the State after crisis. **Development and change**, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2012.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. Theorising the Rise of Regionness. **New Political Economy**, v. 5, n. 3, p. 457–472, 2000.

HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. **International affairs**, v. 82, n. 1, p. 1-19, 2006.

HURRELL, A. Regionalism in theoretical perspective. **Regionalism in world politics: Regional organization and international order**, p. 37-73, 1995.

LAURSEN, F. (Ed.). **Comparative Regional Integration - Europe and Beyond**. Routledge, 2018.

LODGE, J.; REMY, J. Y. **The Promise of a Recalibrated Caribbean-European Union Partnership**. Occasional paper FC/EU-LAC (3), 2022.

LONG, G.; SUÑÉ, N. **Hacia una nueva Unasur: Vías de reactivación para una integración suramericana permanente**. Center for Economic and Policy Research, 2022.



Disponível em: <<https://cepr.net/wp-content/uploads/2022/10/Long-Sune-2022-PDF.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MARTÍNEZ, J.L. 25 años de la creación de la Asociación de Estados del Caribe: Balance y retos a la integración regional. **Caribbean Studies**, v. 48, n. 2, p. 145-168, 2020.

MARIANO, K. L. P.; MENEZES, R. G. Três décadas de Mercosul: Institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 147-179, 2021.

MARIANO, K. L. P.; BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. Liquid regionalism: A typology for regionalism in the americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, 2021.

MARIANO, K. L. P.; RIBEIRO, C. C. N. A pluralidade institucional como ferramenta política na América do Sul: sobreposições organizacionais e fragmentação regional. **Revista Tempo do Mundo**, n. 23, p. 35-60, 2020.

MATTLI, W. The logic of regional integration: Europe and beyond. **Cambridge University Press**, 1999.

MENKE, J. K.; MENKE, H. E. Decolonizing social sciences in Suriname: a strategic view in favor of regionalism. **Sustentabilidade em Debate - Brasília**, v. 6, n. 2, p. 260-275, 2015.

MINUTTI, E. C.; BRUTO, G. L. La CELAC más allá del regionalismo poshegemónico. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo**, v. 10, n. 1, p. 240-257, 2021.

MONTOUTE, A.; KNIGHT, A.; MARTÍNEZ, J. L.; MOHAMMED, D.; SEERATTAN, D. The Caribbean in the European Union-Community of Latin American and Caribbean States Partnership. **EU-LAC Foundation and the University of the West Indies (UWI)**, 2017.

OLIVEIRA, P. G. **As razões pelas quais o sucesso da IIRSA importa para o campo da segurança, defesa e desenvolvimento nacionais**. Monografia (Especialização) – Altos Estudos em Defesa, Escola Superior de Guerra, Brasília, 2020.

PROCÓPIO, A. A Amazônia caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, p. 97-117, 2007.

RAUEN, F. J. O papel da revisão da literatura na argumentação do texto acadêmico. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, p. 459-469, 2018.

RIGGIROZZI, P. Region, regionness and regionalism in Latin America: towards a new synthesis. **New Political Economy**, v. 17, n. 4, p. 421-443, 2012.

RODRIGUES, J. C. C.; HAAG, V. T. The space left for regional integration (or lack thereof): Structural causes of institutional fragmentation in Latin America (1991-2019). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 65, n.1, 2022.

SILVA, G. V. Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas

na interface entre a Amazônia e o Caribe. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 199-217.

ULLOA, C. A. G.; SÁNCHEZ, C. I. Asociación de Estados del Caribe. **InterNaciones**, n.19, p.137–178, 2020.

EUROPEENNE, UNION. **Objectif Coopération Territoriale européenne 2007-2013**, Programme de Coopération transfrontalière «Amazonie» Guyane-Brásil-Surinam, programme opérationnel. 2007.

Coopération territoriale européenne, **Interreg-Amazone, 2014-2020**. 23 de junho de 2022. Disponível em: <[https://www.europe-en-france.gouv.fr/sites/default/files/fiche\\_programme\\_amazone\\_14\\_20.pdf](https://www.europe-en-france.gouv.fr/sites/default/files/fiche_programme_amazone_14_20.pdf)>. Acesso em 12 de março de 2023.

VADELL, J.; BRUTTO, G. L.; Leite, A. C. C. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 63, n. 2, 2020.

WALLIMAN, N. **Research Methods**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZORZI, R. B. P. **La Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA): Un análisis crítico de su funcionamiento**. Dissertação (Mestrado) – Estudos Internacionais: organizações internacionais e cooperação, Faculdade de Direito, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2020.

# **SOBRE OS AUTORES**

## **André Roberto Martin**

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

## **Antonio Angelo Martins da Fonseca**

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

## **Bruna Brito Bastos**

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

## Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

## Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

## Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

## Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

## Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

## Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

## Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

## Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

## Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

## John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

## José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

## José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

## Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

## **Kevin Cox**

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

## **Leonardo F. Mattos**

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

## **Luís Paulo Batista da Silva**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.



## Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

## Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

## Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

## Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

## **Paulo E. A. S. Câmara**

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

## **Rafael Winter Ribeiro**

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

## **Rejane Rodrigues**

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

## **Ricardo Nogueira**

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

## Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

## Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

## Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

## Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.